

FÁBIO VIEIRA FIGUEIREDO



De acordo com o novo CPC –
Lei n. 13.105/2015

2016

 **Editora
Saraiva**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência editorial Thaís de Camargo Rodrigues

Editoria de conteúdo Eveline Gonçalves Denardi

Assistência editorial Bruna Gimenez Boani

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e
Ana Cristina Garcia (coords.)

Arte, diagramação e revisão de provas Know-How Editorial

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Suzanne Vellenich

Capa Aero Comunicação / Danilo Zanott

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Ed. Loyola

Acabamento Ed. Loyola

ISBN 978-85-02-62965-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Figueiredo, Fábio Vieira

Contrato de factoring : objeto, função e prática do
fomento mercantil / Fábio Vieira Figueiredo. — São
Paulo : Saraiva, 2016.

Bibliografia.

1. Contratos de factoring 2. Contratos de factoring -
Brasil I. Título.

15-02494

CDU-347.751.8

Índice para catálogo sistemático:

1. Contratos de factoring : Direito comercial 347.751.8

Data de fechamento da edição: 1º-10-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida
por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da
Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na
Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

140.456.001.001

1094566

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Prefácio</i>	15
<i>Nota do autor</i>	17

CAPÍTULO 1

A relação jurídica de *factoring* funcionalizada para a propulsão empresarial

1.1 Conceito e terminologia aplicada ao instituto	21
1.1.1 <i>Factoring</i> ou fomento mercantil?	22
1.1.2 A relação de <i>factoring</i> e algumas de suas consequências jurídicas.....	25
1.2 Sujeitos da relação jurídica de <i>factoring</i>	27
1.2.1 O faturizado	27
1.2.2 O faturizador.....	29
1.2.2.1 Faturizadora e agentes bancários	31
1.2.2.2 A empresa de <i>factoring</i> e as instituições financeiras	38
1.2.2.3 O devedor como sujeito aparente da relação de faturização	41
1.3 Relações jurídicas afins ao fomento mercantil.....	41
1.3.1 Desconto bancário	42
1.3.2 Mútuo civil	44
1.3.3 Contratos ilícitos com aparência de <i>factoring</i>	45
1.4 Sustentação legal da relação: Brasil e direito comparado	49

CAPÍTULO 2

O contrato de *factoring*, seu objeto multifacetário e a sua função socioeconômica

2.1	Contrato de <i>factoring</i> : noção	55
2.1.1	Contrato típico ou atípico?	55
2.1.2	Formação do contrato de <i>factoring</i>	60
2.1.3	Classificações gerais do contrato de fomento mercantil.....	67
2.1.4	Aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao contrato de <i>factoring</i> e o controle judicial de abusos econômicos.....	76
2.2	O princípio da função social dos contratos	90
2.2.1	Breve noção do desenvolvimento do instituto como elemento de garantia da isonomia contratual substancial...	93
2.2.2	O conceito indeterminado e a dogmática jurídica: questão de decidibilidade	96
2.2.3	O limite de contratar e a liberdade.....	104
2.2.4	Aplicação ao contrato de <i>factoring</i>	114
2.3	Adequação dos títulos de crédito à operação de <i>factoring</i>	121
2.3.1	Letra de câmbio	123
2.3.2	Duplicata	124
2.3.3	Conhecimento de transporte.....	125
2.3.4	Conhecimento de depósito	125
2.3.5	<i>Warrant</i>	126
2.3.6	Nota promissória.....	126
2.3.7	Nota promissória rural.....	126
2.3.8	Cheque	127
	2.3.8.1 O art. 25 da Lei n. 7.357/85 nos títulos utilizados em <i>factoring</i>	127
	2.3.8.2 Do cheque em ação monitória sem a demonstração da origem do crédito	130
2.4	Da transmissão do crédito ao faturizador	132
2.4.1	Indeterminação pessoal da obrigação	135
2.4.2	Ambulatoriedade obrigacional: a obrigação como objeto de tráfego jurídico	136
2.4.3	Sub-rogação convencional no <i>conventional factoring</i> e no <i>maturity factoring</i>	137
2.4.4	Cessão de crédito, promessa de garantia e endosso no <i>maturity factoring</i>	139

2.4.4.1	Aplicabilidade do endosso	140
2.4.4.2	Aplicabilidade da cessão de crédito	147
2.4.4.3	Garantias do faturizador: generalidades	156
2.4.4.3.1	Vícios do crédito.....	166
2.4.4.3.2	Vícios do título	171
2.4.4.3.3	Responsabilidade do faturizado pela existência da relação jurídica	172
2.4.4.3.4	Responsabilidade do faturizado pela má-fé na transmissão.....	175
2.4.4.3.5	Níveis de eficácia da cessão de crédito e efetividade do contrato de fomento mercantil	179

CAPÍTULO 3

Contornos da liberdade de contratar no *factoring*: a agressão à probidade como elemento de aniquilação da função social do contrato de *factoring*

3.1	Autonomia privada de contratação e a supremacia da ordem pública e a questão da causa e motivo como limite à liberdade de contratar	187
3.2	Obrigatoriedade contratual	200
3.2.1	Obrigatoriedade estrita do contrato.....	200
3.2.2	Exceção do contrato não cumprido, cláusula <i>solve et repete</i> e teoria do adimplemento substancial do contrato.....	201
3.2.3	Intangibilidade contratual	205
3.3	A vedação ao abuso de direito na relação contratual de <i>factoring</i> como elemento da construção da função social do contrato.....	207
3.3.1	Da finalidade econômica adequada.....	219
3.3.2	Dos convenientes fins sociais	221
3.3.3	Limites da boa-fé e dos bons costumes	223
3.3.4	Abuso de direito e as figuras parcelares da boa-fé	225
3.3.4.1	<i>Venire contra factum proprium</i>	225
3.3.4.2	<i>Surrectio</i>	228
3.3.4.3	<i>Supressio</i>	229
3.3.4.4	<i>Tu quoque</i>	230
3.3.4.5	<i>Exceptio doli</i>	230

3.4. Consensualismo na relação contratual de <i>factoring</i>	230
3.5 Da responsabilidade civil pelo abuso de direito na relação de <i>factoring</i>	232
3.5.1 A culpa na conduta geradora de responsabilidade	235
3.5.2 O dano.....	239
3.5.3 Do nexo de causalidade e o dever de indenizar	243
3.5.4 Da indenização por abuso de direito no contrato de <i>factoring</i>	248

CAPÍTULO 4

O *factoring* e suas múltiplas funções socioempresariais: impulso e realização da sua função socioeconômica

4.1 O <i>factoring</i> como instrumento de fomento mercantil e sua importância para a economia	255
4.2 Análise de risco creditório	260
4.3 Fornecimento de recursos para “capital de giro”: o ciclo operacional e a obtenção de recursos pelo <i>factoring</i>	265
4.3.1 O ciclo operacional e a obtenção de recursos pelo <i>factoring</i> ...	268
4.4 Serviços de cobrança	272
4.5 Gestão de contas a receber e a pagar.....	274
4.6 Seleção de clientes por meio do <i>factoring</i>	275
4.7 Atuação colaborativa do <i>factoring</i> na recuperação financeira empresarial	275

CAPÍTULO 5

A abusividade da cobrança na relação de *factoring*

5.1 A composição da remuneração da faturizadora e a função social do contrato de <i>factoring</i>	277
5.1.1 O <i>ad valorem</i>	279
5.1.2 O fator	280
5.1.3 Fator geral de deságio	282
5.2 Da abusividade da cobrança do fator geral de deságio.....	284
5.2.1 Abusividade na cobrança do <i>ad valorem</i>	285
5.2.2 Abusividade da cobrança do fator	287
5.2.3 Da relação entre abusividade e usura.....	293

5.2.4 Da revisão do contrato por abusividade do fator geral de deságio	296
5.2.4.1 Da revisão diante da lesão enorme.....	301
5.2.4.2 Da revisão diante da onerosidade excessiva superveniente	304
5.3 Da tentativa de reparo à abusividade por <i>pacto novativo</i> e suas consequências.....	313

CAPÍTULO 6

Do Projeto de Lei n. 13/2007

6.1 A evolução do projeto de lei sobre o <i>factoring</i>	317
6.2 Da adequação do projeto de lei à proposta de uma função social do contrato de <i>factoring</i>	320
6.3 Da terminologia.....	322
6.4 Do objeto.....	323
6.5 Da remuneração do faturizador	324
6.6 Da faculdade de escolha dos títulos	325
6.7 Dos registros históricos da operação de <i>factoring</i>	325
6.8 Das formalidades do contrato e da garantia do faturizador.....	326
6.9 Quanto às sociedades e à administração das sociedades de <i>factoring</i>	327
<i>Conclusão</i>	329
<i>Referências</i>	339